

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**

ACNO 11 (103 Norte) - Rua NO 11 COM AV. NS 01 - Bairro CENTRO - CEP 77001-036 - Palmas - TO - <http://www.tjto.jus.br>
CONJ 03 LOTE 2

Edital Nº 358 / 2022 - ESMAT/DGESMAT/DEESMAT

EDITAL nº 146, de 2022 – SEI Nº 22.0.000020679-6

O diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), no uso de suas atribuições, dispõe sobre as normas gerais para ingresso e participação no curso **DIREITOS FUNDAMENTAIS: UM OLHAR HUMANIZADO DA JUSTIÇA TOCANTINENSE** a se realizar no período de 13 de julho a 15 de agosto de 2022, mediante as condições determinadas neste Edital e nos demais dispositivos legais aplicados à espécie, conforme segue:

1. DADOS GERAIS

Nome: Direitos Fundamentais: um olhar humanizado da Justiça Tocantinense

Objetivo: Dialogar com magistrados(as), servidores(as) e demais colaboradores(as) do Judiciário Tocantinense sobre as Práticas de Prevenção à Violência Doméstica contra a mulher, Garantia de Direitos de Crianças e de Adolescentes e Atendimento Humanizado às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais, para que a prestação jurisdicional seja otimizada nesse campo.

Período de inscrições: As inscrições ocorrerão no período de 5 a 11 de julho de 2022

Inscrições: Serão realizadas, via *web*, no endereço eletrônico www.tjto.jus.br/esmat,

Público-Alvo: Magistrados, magistradas, servidores e servidoras do Poder Judiciário Tocantinense

Carga horária: 85 horas-aula

Modalidade: EaD

Local: Plataforma Virtual da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT)

Valor do curso, custeado pela Esmat, por aluno: O valor do curso será calculado após a conclusão das atividades, considerando-se os critérios de horas-aula, passagens, hospedagem e alimentação dos instrutores.

2. VAGAS

2.1 Quantidade de Vagas: 160

2.2 Distribuição das Vagas:

Público-Alvo	Nº de Vagas
Magistrados e magistradas do Poder Judiciário Tocantinense	100
Servidores e servidoras do Poder Judiciário Tocantinense	60
Total de Vagas	160

2.3 A inclusão de servidores(as) no público-alvo justifica-se pelo fato de os(as) servidores(as) e assessores(as) jurídicos(as) desenvolverem suas funções auxiliando os(as) magistrados(as), direta e indiretamente, sobre as temáticas de Violência Doméstica, Atenção às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais, Infância e Juventude e Assédio Moral e Discriminação;

2.4 Dessa forma, a participação de servidores(as) no referido curso faz-se relevante, considerando-se que proporcionarão o aperfeiçoamento em relação à área-fim do Poder Judiciário Tocantinense, por ocasião da assessoria de magistrado(a);

2.5 Caso o percentual de vagas previstas não seja preenchido na ordem preferencial, estas serão destinadas à classe subsequente até que sejam totalmente preenchidas.

3. PRÉ-REQUISITOS

3.1 Serem magistrados e magistradas do Poder Judiciário Tocantinense;

3.2 Serem servidores e servidoras do Poder Judiciário Tocantinense;

3.3 Que atuem preferencialmente nas áreas de violência doméstica, atenção às vítimas de crimes e atos infracionais, infância e juventude.

4 FREQUENCIA E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

4.1 Os(As) inscritos(as) deverão participar das atividades programadas, conforme descrição no item 5 deste edital.

4.2 Frequência

A frequência no curso será registrada com base nos seguintes itens:

4.2.1 Visualização das aulas expositivas assíncronas que serão postadas em cada Módulo; Estudos dos *slides*, vídeos, documentários, cartilhas, artigos que poderão ilustrar a temática do Módulo; Participação no Fórum de Discussão Formativa em cada Módulo; Atividade Avaliativa em cada Módulo – estudo e execução;

4.2.2 Todas as atividades ocorrerão por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), na Plataforma *Moodle*. As dificuldades de acesso deverão ser printadas e enviadas por e-mail ao Núcleo de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (NUFAM) no e-mail nufam@tjto.jus.br, para conhecimento e repasse ao setor de Tecnologia da Esmat;

4.2.3 Se houver alteração no cronograma de desenvolvimento ou no período de realização do curso esta será comunicada por e-mail. Para tanto, os alunos e as alunas deverão atualizar os seus e-mails e telefones de contato em seus perfis na Secretaria Acadêmica Virtual (SAV) e Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);

4.3 Avaliação

4.3.1 A avaliação será realizada de forma individual e coletiva.

Quanto à **avaliação individual**, esta se dará por meio da resolução de uma atividade proposta pelos(as) facilitadores(as) de aprendizagem ao final de cada Módulo, podendo ser objetiva ou subjetiva, de acordo com o objetivo do Módulo, em que será analisada a aquisição de conhecimentos que atendam ao objetivo geral de dialogar com magistrados(as), servidores(as) e demais colaboradores(as) do Judiciário Tocantinense sobre as Práticas de Prevenção à Violência Doméstica contra a mulher, Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes e Atendimento Humanizado às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais para que a prestação jurisdicional seja otimizada nesse campo;

Já a avaliação coletiva será realizada pelos(as) facilitadores(as) de aprendizagem, a partir da participação nos fóruns de discussão formativa, em cada Módulo, caracterizando-se, assim, a avaliação contínua do curso;

4.3.2 Somente receberão o certificado de conclusão os alunos e as alunas que obtiverem média igual ou superior a 7,0 e frequência igual ou superior a 75% de aproveitamento.

4.3.3 A nota final do(a) aluno(a) será composta pela média das 4 notas obtidas nas avaliações modulares, seguindo a equação abaixo:

$$M1 (10,0) + M2 (10,0) + M3 (10,0) + M4 (10,0): 4 = 10,0$$

4.3.4 Os(As) alunos(as) matriculados(as) estarão sujeitos(as) às regras estabelecidas na Portaria nº 1.965, de 12 de setembro de 2018, e também às regras previstas neste Edital.

5. CRONOGRAMA E CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

5.1 Cronograma

AMBIENTAÇÃO	
Data/Período	De 13 a 17 de julho de 2022
Proposta para o Curso	O espaço reservado para a ambientação é o primeiro contato com a Plataforma. Será disponibilizado um fórum de apresentação. A participação nesse fórum é obrigatória para o registro da frequência no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Na Ambientação, o aluno e a aluna encontrarão: informações gerais do curso, cronograma, editais, dicas úteis para a aprendizagem à distância e o <i>link</i> de acesso ao Grupo de <i>Whatsapp</i>.
Carga Horária	3 horas-aula
MÓDULO I – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	
Tema 1	Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero no âmbito do Poder Judiciário
Data/Período	De 18 a 24 de julho de 2022
Professoras	Renata do Nascimento e Silva Leida Tomé
Conteúdos Programáticos	Parte 1 Apresentação do protocolo para julgamento com perspectiva de gênero no âmbito do Poder Judiciário brasileiro. - Conceitos; - Guia para magistradas e magistrados: passo a passo; - Questões de Gênero Específicas da Justiça Estadual. Parte 2 Os dispositivos de enfrentamento às situações de violência doméstica e familiar contra a mulher, para auxiliar na aplicação da Lei nº 11.340, de 2006 – Lei Maria da Penha –, no contexto do Judiciário Tocantinense. - Violência doméstica e familiar contra mulher – um dos principais desafios da sociedade contemporânea; - Indicadores de situação de risco (o formulário Nacional de Avaliação de Riscos); - Programa Tempo de Despertar: Grupo Reflexivo Responsabilizante – Foco em Homens Autores de Violência - Grupo como possibilidade de intervenção com homens autores de violência no formato presencial; - Modelo Teórico que fundamenta os grupos; - Experiências com grupos em outros estados; - Explicar a Metodologia do Programa Tempo de Despertar para esse eixo no âmbito da Justiça Tocantinense. Grupo Educativo Responsabilizante – Foco em Homens Autores de Violência - Grupo como possibilidade de intervenção com homens autores de violência no formato EaD; - Modelo Teórico que fundamenta os grupos; - Detalhes da Metodologia do Programa Tempo de Despertar para esse eixo no âmbito da Justiça Tocantinense. Atendimento Integral à Mulher

	- Explicar a metodologia para a implantação do eixo de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar que são assistidas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins; - Monitoramento das medidas protetivas como estratégia de efetividade da proteção judicial aplicada; - Grupos reflexivos na perspectiva do empoderamento feminino como rompimento do ciclo de violência. Ações Preventivas - Explanar sobre as campanhas educativas no Tocantins, no âmbito do projeto contínuo do CNJ Semana da Justiça pela Paz em Casa, com discussões voltadas especificamente para a desconstrução da masculinidade tóxica.
Objetivos Específicos do Módulo	Parte 1 Dar publicidade ao conteúdo do Protocolo, promovendo a sensibilização de magistradas, magistrados, servidoras, servidores, estagiárias e estagiários, bem como a todos os atores do sistema de justiça para a necessidade da atuação e do julgamento com perspectiva de gênero, a fim de neutralizar as desigualdades de toda ordem com as quais nos deparamos nos processos.
	Parte 2 Apresentar os conceitos fundamentais e os objetivos da atuação no Programa Tempo de Despertar; Explicar o manejo de grupos reflexivos e educativos enquanto instrumentos para a responsabilização de homens autores de violência contra a mulher; Explanar sobre os atendimentos necessários às mulheres em situação de violência no âmbito da justiça; Favorecer a prevenção e redução da violência de gênero, buscando a efetividade do caráter protetivo integral da Lei Maria da Penha.
Metodologia do Módulo	Carga Horária Assíncrona – 20 horas-aula A carga horária para interatividade de alunos e de alunas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) será distribuída da seguinte forma:
	1. Aulas expositivas assíncronas, gravadas pelos(as) professores(as) (4 horas-aula); 2. Estudos dos <i>slides</i>, vídeos, documentários, cartilhas, artigos que poderão ilustrar a temática do Módulo (6 horas-aula); 3. Fórum de Discussão Formativa (2 horas-aula); 4. Interatividade dos(as) facilitadores(as) de aprendizagem no AVA, dentro dos fóruns de discussão formativa, de acordo com o texto norteador, em que os(as) alunos(as) irão expor seus conhecimentos sobre a temática (2 horas-aula); 5. Atividade Avaliativa – estudo e execução (6 horas-aula).
Carga Horária Total	20 horas-aula
MÓDULO II – ATENÇÃO ÀS VÍTIMAS DE CRIMES E ATOS INFRACIONAIS	
Tema	Os atendimentos e estratégias do Judiciário Tocantinense para atendimento às vítimas de crimes e atos infracionais.
Data/Período	De 25 a 31 de julho de 2022
Professoras	Márcia Mesquita Vieira Cirlene Maria de Assis Santos Oliveira

Conteúdos Programáticos	Parte 1 Eixo de atendimento especializado de mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência - O monitoramento das medidas protetivas de urgência para mulheres em situação de violência; - A Escuta Especializada como instrumento de mitigação da revitimização de crianças e de adolescentes em situação de violência; - O Depoimento Especial como política de redução de danos no sistema de justiça. Parte 2 Eixo de atendimento às demais vítimas de crimes ou atos infracionais - Questões jurídicas a serem observadas para a garantia do atendimento humanizado. As regulamentações recentes relativas às atribuições do Judiciário na implantação da política de atendimento humanizado de vítimas de crimes e atos infracionais (Resolução nº 253 do Conselho Nacional de Justiça, de 2018; Resolução nº 386 do Conselho Nacional de Justiça, de 2021; Provimento nº 14 – CGJUS/ASJCGJUS; Provimento nº 25 – CGJUS/ASJCGJUS; Portaria nº 705, de 2022 – PRESIDÊNCIA/TJTO); - Os Centros Especializados de Atenção às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais – iniciativas de outros Tribunais; - A proposta de criação dos Centros Especializados de Atenção às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais no Tocantins.
Objetivos Específicos do Módulo	• Oportunizar o conhecimento das regulamentações recentes sobre a temática; • Oferecer subsídios práticos para o atendimento humanizado e especializado de mulheres, crianças e adolescentes no sistema de justiça; • Porporcionar conhecimento das práticas realizadas em outros tribunais no sentido de cumprir as atribuições do Judiciário em relação à temática; Apresentar as estratégias de implantação da política de atendimento às vítimas de crimes e atos infracionais no TJ/TO.
Metodologia do Módulo	Carga Horária Assíncrona – 20 horas-aula A carga horária para interatividade de alunos e de alunas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) será distribuída da seguinte forma: Aulas expositivas assíncronas, gravadas pelos(as) professores(as) (4 horas-aula); Estudos dos <i>slides</i>, vídeos, documentários, cartilhas, artigos que poderão ilustrar a temática do Módulo (6 horas-aula); Fórum de Discussão Formativa (2 horas-aula); Interatividade dos(as) facilitadores(as) de aprendizagem no AVA, dentro dos fóruns de discussão formativa, de acordo com o texto norteador, em que os(as) alunos(as) irão expor seu conhecimento sobre a temática (2 horas-aula); Atividade Avaliativa – estudo e execução (6 horas-aula).
Carga Horária Total	20 horas-aula
MÓDULO III – INFÂNCIA E JUVENTUDE	
Tema	Garantia de Direitos de Crianças e de Adolescentes
Data/Período	De 1º a 7 de agosto de 2022
Professores	Márcia Mesquita Vieira Frederico Paiva Bandeira de Souza
Conteúdos Programáticos	Parte 1 Eixo de proteção a crianças e adolescentes

- Adoção: O atendimento às mães biológicas que manifestam interesse em entregar crianças para adoção; O cadastro nacional de adoção; As ações judiciais de adoção (perspectiva jurídica e psicossocial);
- Acolhimento Institucional e Familiar: A tutela judicial de crianças e de adolescentes em acolhimento institucional, as iniciativas de desinstitucionalização (audiências concentradas, colocação em adoção pelo Sistema Nacional de Adoção e Apadrinhamento de crianças e de adolescentes com possibilidades remotas de retorno à família de origem ou adoção, Inspeções periódicas, capacitação e articulação de rede);
- Fluxos da Infância: Articulação em rede para definição dos fluxos de atendimento a crianças e adolescentes que necessitam de medidas protetivas.

Parte 2

Eixo de responsabilização

- As medidas socioeducativas em meio aberto: Monitoramento da execução realizada pelos serviços da assistência social (Plano Individual de Atendimento (PIA), capacitação e articulação de rede);
- As medidas socioeducativas em meio fechado: Monitoramento da execução realizada pelos serviços de cidadania e justiça (Plano Individual de Atendimento (PIA), audiências concentradas, Inspeções periódicas, capacitação e articulação de rede).

Objetivos Específicos do Módulo

- Oferecer subsídios práticos para desenvolvimento das ações necessárias a garantias de direitos de crianças e de adolescentes no sistema de justiça;
- Apresentar noções dos institutos jurídicos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e normativas correlatas em relação às medidas de proteção e socioeducativas;

Proporcionar conhecimento das práticas realizadas no TJTO e outros tribunais no sentido de cumprir as atribuições do Judiciário em relação à temática.

Assíncrona – 20 horas-aula

A carga horária para interatividade de alunos e de alunas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) será distribuída da seguinte forma:

Aulas expositivas assíncronas, gravadas pelos professores (4 horas-aula);

Metodologia do Módulo

Estudos dos *slides*, vídeos, documentários, cartilhas, artigos que poderão ilustrar a temática do Módulo (6 horas-aula);

Fórum de Discussão Formativa (2 horas-aula);

Interatividade dos(as) facilitadores(as) de aprendizagem no AVA, dentro dos fóruns de discussão formativa, de acordo com o texto norteador, em que os(as) alunos(as) irão expor seu conhecimento sobre a temática (2 horas-aula);

Atividade Avaliativa – estudo e execução (6 horas-aula).

Carga Horária Total **20 horas-aula**

MÓDULO IV – ASSÉDIO SEXUAL, MORAL E DISCRIMINAÇÃO

Tema **Combate ao Assédio e à Discriminação no Poder Judiciário Tocantinense**

Data/Período De 8 a 14 de agosto de 2022

Professores

Desembargador Adolfo Amaro Mendes
Juíza Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi
Juiz Adhemar Chufalo Filho
Médico Sávio Luiz Barbosa Severo
Médico Wordney Carvalho Camarço
Servidor Público Janivaldo Ribeiro Nunes

Doutor José Roberto Montes Heloani

Conteúdos Programáticos **Parte I**

A prevenção do assédio moral e o combate à discriminação no trabalho no âmbito do Poder Judiciário – uma roda de conversa

- Políticas Públicas para o enfrentamento e combate do assédio moral no ambiente de trabalho;
- Ações preventivas e combativas do Poder Judiciário Tocantinense;
- Posicionamento da vítima e equipe de apoio diante do assédio moral e discriminação

Parte 2

O assédio moral no trabalho e as implicações para a saúde mental

- Assédio moral no âmbito da Administração Pública;
- Condutas que caracterizam o dano moral ou emocional;
- Consequências psíquicas do assédio moral e discriminação à saúde dos trabalhadores;
- O *Estress* das vítimas e das testemunhas.

Objetivos Específicos do Módulo	Explicar o que é e o que não é assédio moral e discriminação e as consequências no ambiente de trabalho; Entender os modos de prevenção do assédio, visando mais leveza na convivência, fluidez e mais eficiência no trabalho e eficácia nas interações internas; Esclarecer e divulgar os caminhos de busca de ajuda no ambiente de trabalho.
---------------------------------	---

Metodologia do Módulo	Assíncrona – 20 horas-aula A carga horária para interatividade de alunos e de alunas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) será distribuída da seguinte forma: 1 - Aulas expositivas assíncronas, gravadas pelos professores (4 horas-aula); 2 - Estudos dos <i>slides</i>, vídeos, documentários, cartilhas, artigos que poderão ilustrar a temática do Módulo (6 horas-aula); 3 Fórum de Discussão Formativa (2 horas-aula); 4 Interatividade dos(as) facilitadores(as) de aprendizagem no AVA, dentro dos fóruns de discussão formativa, de acordo com o texto norteador, em que os(as) alunos(as) irão expor seu conhecimento sobre a temática (2 horas-aula); 5 Atividade Avaliativa – estudo e execução (6 horas-aula).
-----------------------	--

Carga Horária Total	20 horas-aula
---------------------	----------------------

AVALIAÇÃO DE REAÇÃO E FECHAMENTO DO CURSO

Data/Período	Dia 15 de agosto de 2022
Atribuição dos(as) Facilitadores(as) de Aprendizagem	Fechamento do Diário Eletrônico pelos(as) facilitadores(as) de aprendizagem.
Atribuição dos(as) Discentes	Avaliação de reação pelos alunos e pelas alunas da estrutura curricular, dos(as) professores(as), facilitadores(as) de aprendizagem, da metodologia aplicada.
Carga Horária	2 horas-aula

CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO

Modalidade de Ensino à Distância	Ambientação	3 horas-aula	85 horas-aula
	<i>Videoaulas</i> assíncronas	16 horas-aula	
	Interatividade assíncrona no AVA com proposta avaliativa modular	64 horas-aula	
	Avaliação de Reação/Fechamento do curso	2 horas-aula	

5.1 PROFESSORES(AS)**5.1.1**

Nome	Renata do Nascimento
Síntese do Currículo	Mestra em Ciências Jurídicas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Desde 2008, atua como juíza de direito no estado do Tocantins. Juíza de Direito – Titular da Vara Criminal de Paraíso do Tocantins.

5.1.2

Nome	Leida Maria da Silva Thomé
Síntese do Currículo	Bacharela em Serviço Social, 2007, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Noção em informática. Cedida ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins no setor de Grupo de Gestão de Equipes Multidisciplinares (GGEM). Atuou como: analista de Desenvolvimento Social e Equipe de Capacitação, Treinamento para Execução de Programas Secretaria de Habitação do Estado do Tocantins, Palmas TO; Gestão de Estágio Supervisionando em Serviço Social – Secretaria de Habitação do Estado Atividades: orientação Palmas-TO; supervisora de Estágio Supervisionado em Serviço Social, Ensino à Distância (UNITINS/EADCON) – Gurupi-TO; assistente Social – Centro de Referência Assistência Social (CRAS) – Município de Jaú do Tocantins-TO; assistente social e coordenadora do Abrigo; Coordenação Geral no abrigo Casa da Criança para Crianças em Medidas de Proteção – Parobé-RS; Coordenação da Educação Infantil-creche – Associação Beneficente da Criança de Parobé – Município de Parobé-RS. http://lattes.cnpq.br/4347360157662503

5.1.3

Nome	Márcia Mesquita Vieira
Síntese do Currículo	Mestra em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Especialista em Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes, pela Universidade de São Paulo (USP). Especialista em Gestão Pública, pela Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS). Especialista em Administração e Planejamento de Projetos Sociais, pela Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO). Especialista em Educação, Desenvolvimento e Políticas Educativas, pela Faculdade Adelmar Rosado (FAR). Especialista em Gestão do Judiciário, pela Faculdade Educacional da Lapa (FAEL). Graduada em Serviço Social, pela Universidade Católica de Goiás (UCG – PUC GO). Analista Técnica – Assistente Social do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. Docente na Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS). OBS.: Possui curso de Formação de Formadores pela Esmat, credenciado na Enfam.

5.1.4

Nome	Frederico Paiva Bandeira de Souza
Síntese do Currículo	Mestrando em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, pela Universidade Federal do Tocantins e Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT). Graduação em Direito, pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ). Especialista em Processo Civil (AMEC – Salvador) e em Direito Público (ESMAT). Foi coordenador das Varas das Fazendas Públicas do TJTO (de 2015 a 2017) e coordenador da Infância e Juventude do TJTO (de 2017 a 2021). Juiz de Direito do TJTO. OBS.: Possui curso de Formação de Formadores pela Esmat, credenciado na Enfam.

5.1.5

Nome	Cirlene Maria de Assis Santos Oliveira
Síntese do Currículo	Graduada em Direito, pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 1993. Graduada em Pedagogia, pela Universidade Luterana do Brasil, 2010. Atualmente é juíza de Direito no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. Pós-Graduada <i>Stricto Sensu</i> . Mestra em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito. OBS.: Possui curso de Formação de Formadores pela Esmat, credenciado na Enfam.

5.1.6

Nome	Adolfo Amaro Mendes
Síntese do Currículo	Desembargador do Tribunal de Justiça do Tocantins. Graduação em Direito, pela Universidade Federal de Goiás, 1985. Especialista em Direito Penal e Processo Penal,

pela Academia de Polícia de Goiás Superintendência de Polícia Civil, 1987. Professor substituto da Universidade Federal do Tocantins (UFT), entre 2005 e 2006, nas disciplinas de Direito Civil e Direito Internacional Público. Foi juiz eleitoral da 1ª Zona Eleitoral de Araguaína (TO), em 1989-1990, e juiz eleitoral da 7ª Zona Eleitoral, em Paraíso do Tocantins, por vários biênios.

5.1.7

Nome	Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi
Síntese do Currículo	Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1999) e especialização em Pós Graduação <i>Lato Sensu</i> em Teoria Da Decisão Judicial pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (2016). Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. Atualmente é juíza auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça.

5.1.8

Nome	Adhemar Chufalo Filho
Síntese do Currículo	Formado pela Faculdade de Direito de Franca, SP. Mestre Profissional Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos. Juiz de Direito, titular do Juizado Especial Cível e Criminal. Membro da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do Tribunal de Justiça. Membro do Comitê de Governança para Acessibilidade e Inclusão da Enfam. Acadêmico do curso Psicologia.

5.1.9

Nome	Sávio Luiz Barbosa Severo
Síntese do Currículo	Médico Psiquiatra com Residência Médica, pelo Hospital das Clínicas da UFG (conclusão em fevereiro de 2016). Graduado em Medicina, pela Universidade Federal de Goiás, 2011. Atualmente é psiquiatra do Instituto Neurociência Palmas, Life Center Hospital. É médico perito na Junta Médica Oficial do Estado do Tocantins. Médico Psiquiatra na Clínica Arai Kaminishi Costa e no Centro de Saúde do TJTO. Preceptor da Residência em Psiquiatria, pela UFT.

5.1.10

Nome	Wordney Carvalho Camarço
Síntese do Currículo	Médico. Psiquiatra (Residência Médica). Título de Especialista em Psiquiatria (ABP/AMB) e Psiquiatra Forense (ABP/AMB). Coordenador do Serviço de Psiquiatria Clínica do Hospital Geral de Palmas (HGP). Coordenador Geral da Unidade de Saúde Mental (USM) do Hospital Geral de Palmas. Vice-Presidente do Núcleo de Psiquiatria do Tocantins (NPT/ABP). Preceptor da Residência Médica de Psiquiatria da UFT/SESAU/SEMUS. Pós-Graduado em Criminologia, pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT). Médico Psiquiatra do Núcleo de Acolhimento e Acompanhamento Psicossocial (NAPsi) do TJTO. Diretor Técnico do Instituto de Saúde Mental de Palmas (ISMEP).

5.1.11

Nome	Janivaldo Ribeiro Nunes
Síntese do Currículo	Escrivão Judicial da Comarca de Gurupi. Bacharel em Direito. Pós-graduado em Administração com Ênfase em Gestão Judicial pela Esmat. Coordenador Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores da Justiça nos Estádios - FENAJUD. Ex-Presidente do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Tocantins –Sinsjusto.

5.1.12

Nome	José Roberto Montes Heloani
Síntese do Currículo	Graduado em Direito, pela Universidade de São Paulo, 1980, e em Psicologia, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1982. Mestre em Administração, pela Fundação Getulio Vargas-SP, 1985. Doutor em Psicologia, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991. Pós-Doutor em Comunicação, pela USP e Livre-Docente em Teoria das Organizações, pela Unicamp. Atualmente é professor titular e pesquisador da Faculdade de Educação e do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, na área de Gestão, Saúde e Subjetividade. Também é professor conveniado na Université de Nanterre (Paris X). Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia do Trabalho, Saúde no Trabalho e Psicodinâmica do Trabalho. Membro fundador do site www.assediomoral.org . Atua

principalmente nos seguintes temas: Ética no Trabalho; Assédio Moral e Sexual, e na área da Saúde e do Trabalho.

5.2 FACILITADORES(AS) DE APRENDIZAGEM

5.2.1

Nome	Rita Di Cássia Bella Bartok Marques Arantes
Síntese do Currículo	Especialista em Gestão Pública e Sociedade, pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Graduada em Pedagogia, pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), em 2008. Entre os anos de 2010 e 2012 atuou como professora de educação infantil na Secretaria Municipal de Educação de Palmas, Tocantins. É servidora efetiva do quadro geral do Poder Executivo Estadual, no cargo de pedagoga, no qual desempenhou o papel de analista de Planejamento e Gestão de Políticas Públicas na Secretaria Estadual de Infraestrutura, Cidades e Habitação do Tocantins, desenvolvendo projetos sociais nos últimos sete anos. Atualmente atua como pedagoga no Grupo de Gerenciamento de Equipes Multidisciplinares (GGEM), do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

5.2.2

Nome	Fernanda Barreira Brito
Síntese do Currículo	Psicóloga, pelo Centro Universitário UNIRG de Gurupi/TO. Especialista em Gestão em Saúde Pública, pela Universidade Aberta do Brasil/Universidade Federal do Tocantins. Atualmente cedida ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJ/TO), compondo o Grupo Gestor das Equipes Multidisciplinares (GGEM). Técnica de Nível Superior – Psicóloga no Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRM Flor de Lis), de 2019 a 2022. Técnica de Nível Superior – Psicóloga no Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAI Casa Abrigo Raio de Sol), de 2015 a 2019).

5.2.3

Nome	Ana Paula Xavier Alves
Síntese do Currículo	Graduada em Serviço Social, pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA), 2012. Especialista em Gestão de Políticas Públicas. Servidora Pública efetiva do município de Palmas/TO. Atualmente cedida ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins TJ/TO, compondo o Grupo Gestor das Equipes Multidisciplinares (GGEM). Coordenadora da Comissão de Inscrição do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) 25ª Região.

5.2.4

Nome	Esmar Custódio Vêncio Filho
Síntese do Currículo	Graduado em Direito, pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 1991. Experiente na área de Direito, com ênfase em Infância e Juventude. Juiz de Direito do Estado do Tocantins, desde dezembro de 1996. Titular, desde janeiro de 2011, da 2ª Vara Cível de Família e Sucessões, Infância e Juventude e Precatórias Cíveis de Paraíso do Tocantins/TO. Delegado de Polícia do Estado de Goiás, de 1994 a 1996. Pós-Graduado em Direito Processual Penal, pela Academia de Polícia do Estado de Goiás. Pós-Graduado em Direito Penal, pela Academia de Polícia do Estado de Goiás. Pós-Graduado em Estado de Direito e Combate à Corrupção, 2016-2017, pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense. Mestre em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, 2015-2016, pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense. Professor da Escola Superior da Magistratura Tocantinense, desde 2018. Coordenador dos Mutirões Carcerários do Estado do Tocantins, nos anos de 2010 a 2014, realizados pelo Conselho Nacional de Justiça e Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. Coordenador do Mutirão Carcerário do Estado do Rio Grande de Sul, em 2011, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Coordenador do Mutirão Carcerário do Estado do Rio Grande do Norte, em 2012, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Coordenador do Mutirão Carcerário do Estado de São Paulo, em 2011, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Coordenador do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Penitenciário e Socioeducativo do Estado do Tocantins, 2012-2014, reconduzido para o período 2014-2015. Coordenador do Grupo para Elaboração do Manual de Processo Penal, pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Tocantins. Coordenador do Grupo para Criação da Central de Movimentação de Presos

e do Gestor do Sistema Socioeducativo, pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Tocantins. Coordenador Geral das Metas 2010 CNJ/TJTO. Juiz auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, 2015-2016. Juiz auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, 2017-2018. Juiz de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, 2015-2016. Juiz de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, 2017-2018.

Fonte: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K8540068J9>

OBS.: *Possui curso de Formação de Formadores pela Esmat, credenciado na Enfam.*

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 A inscrição do candidato implicará aceitação prévia das normas contidas no presente Edital, no Regimento Interno da Esmat e na Portaria nº 1.965, de 2018, publicada no DJ nº 4.348, de 13 de setembro de 2018.

6.2 A desistência do curso, sem causa justificada, deverá ser comunicada à Esmat até o terceiro dia útil que anteceder o início do evento-atividade, pelo e-mail saesmat@tjto.jus.br.

6.3 A desistência do curso iniciado ou a reprovação sujeitarão o inscrito à perda do direito de participar de ações de capacitação custeadas ou promovidas pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) pelo período de quatro meses, salvo por motivo de licença ou de afastamento previstos em Lei.

6.4 Os casos omissos e dúvidas de interpretação das normas reguladoras do curso, porventura suscitados, deverão ser encaminhados ao Conselho de Cursos da Escola Superior da Magistratura Tocantinense.



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador Marco Anthony Steveson Villas Boas**, **Diretor da ESMAT**, em 01/07/2022, às 09:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **4420866** e o código CRC **11C656C2**.